SINMED-MG

Trabalho MÉDICO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA ...CORREIOS...

Impresso Especial
7317236901/2001-DR/MG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG - Ano 2 - nº 8 - novembro/dezembro 2006

O procurador de Justiça Antônio Joaquim Fernandes Neto na sede do Ministério Público em Belo Horizonte

Saúde na mira do Ministério Público

O Ministério Público tem sido um grande aliado na defesa da saúde como direito do cidadão e do trabalho médico como fator de qualidade na assistência à saúde. Conheça mais sobre a atuação da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde em Belo Horizonte, nas entrevistas com o procurador de Justiça Antônio Joaquim Fernandes Neto, coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO - Saúde); e com o promotor Bruno Alexander, da 3ª Procuradoria de Defesa da Saúde e diretor-executivo da recém-criada Rede-Saúde, que engloba promotores de Saúde de todo o Estado

página 8

editorial

Como reflexo da política de descentralização adotada pela atual diretoria, o Sinmed-MG tem sido cada vez mais procurado pelos médicos do interior. São demandas espontâneas, que mostram uma nova consciência dos profissionais em relação aos seus direitos e à confiança na entidade sindical que os representa. Unindo forças, os médicos locais e o sindicato buscam melhores condições de trabalho em cidades como Betim, Contagem, Divinópolis, Oliveira, Ouro Preto, Pará de Minas, Santa Luzia, Sete Lagoas e Uberlândia.

Atento às diferentes realidades, o Sinmed-MG tem cumprido o importante papel de estimular os médicos a se organizarem e atuar como um interlocutor das reivindicações locais. Para estreitar a comunicação com o interior, foi criado um informativo próprio – o SinmedGerais –, editado sempre que é necessário informar ou mobilizar os colegas.

O Ministério Público tem sido um grande aliado do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais na defesa da saúde enquanto ação social e direito de cidadania e do trabalho médico como determinante na qualidade da assistência prestada. No momento, Betim, Ouro Preto e Uberlândia estão sob pressão do poder público para corrigir irregularidades na forma de administrar a saúde.

Contando com essas duas forças – a mobilização dos médicos do interior e o apoio do Ministério Público – temos certeza de que as conquistas serão cada vez maiores em prol dos médicos e da saúde da população como um todo.

Diretoria do Sinmed-MG

Médicos em risco na Urgência

A diretora do Sinmed-MG Maria Madalena de Santos Souza pediu afastamento da UPA Venda Nova após enfrentar sozinha um plantão com cinco casos graves. Esse é o retrato do serviço de urgência da capital. A falta de médicos é um dos grandes problemas. Mesmo assim, a prefeitura está irredutível no reajuste salarial deste ano

página 4

Precárias condições de atendimento nas unidades de urgência

Fhemig

Mobilização do Sinmed-MG é grande para enquadramento na jornada de 24 horas página 5

delegados sindicais

Luta dos médicos em Uberlândia ganha força com eleição de oito delegados sindicais página 6

Dia 15 de dezembro tem **sorteio e confraternização** no Sinmed-MG

O sorteio dos prêmios da campanha de Quitação e Sindicalização 2006 está marcado para o dia 15 de dezembro, a partir de 19 horas, na sede do Sinmed-MG, em Belo Horizonte. A estrela da noite é o carro Celta zero km. Os outros prêmios, também disputadíssimos, são TV de plasma, *notebook*, câmera digital e DVD Player. Além da premiação, haverá um coquetel de confraternização da categoria.

Esse é o quinto carro que será sorteado pela atual diretoria do Sinmed-MG. A sorte já bateu à porta dos médicos Carlos Trombin (ginecologista), João André da Costa Maia (oftalmologista), ambos de Belo Horizonte; Silvia Siqueira (ginecologista), de Betim; e Samuel Caputo de Castro (neurocirugião), de Uberlândia.

A premiação é um incentivo a mais para que os médicos se associem e fiquem em dia com a entidade, explica Jacó Lampert, diretor financeiro do Sinmed-MG: "A idéia da campanha é de que, pagando as contribuições, o médico tem dois ganhos - um sindicato forte e a chance de concorrer a um carro zero".

O diretor lembra que, em julho, o balanço da campanha de Contribuição Social foi muito positivo, com um aumento de 28% no valor da arrecadação em relação a 2005, que passou de R$268.500 para R$341 mil, e contou com 277 novos contribuintes: "É com o dinheiro arrecadado com as contribuições que o sindicato pode viabilizar as ações em prol da defesa do trabalho médico em todo o Estado. A resposta positiva dos médicos mostra que estamos no caminho certo", avalia Lampert.

Quem participa do sorteio

Participam do sorteio todos os médicos que quitaram até 10 de novembro os valores referentes a 2006, ou seja, R$ 149,79 de Contribuição Sindical e R$ 134,40 de Contribuição Social. Quem já estava quite com os valores antes da campanha de recobrança também concorre. Já quem optou por antecipar o pagamento da Contribuição Social/2007 estará concorrendo com dois números.

Para saber o seu número no sorteio, consulte a página do sindicato na internet (www.sinmedmg.org.br) a partir de 22 de novembro. A premiação, seguida de coquetel, é uma excelente oportunidade de confraternização entre a categoria. Confirme a presença pelo telefone (31) 3248-1114.

expediente

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG
Fone: (31) 3241-2811
E-mail: geral@sinmedmg.org.br
Site: www.sinmedmg.org.br
Diretoria: Alessandra Nara Korres, Amélia Maria Fernandes Pessôa, Andréa Aparecida B. Alves, André Kiyomitsu, Aripuanã Cobério Terena, Aroldo Gonçalves de Carvalho, Carlos Romero F. de A. Lemos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Eduardo Almeida C. Filgueiras, Élson Violante, Fernando Luiz Mendonça, Geórgia C. B. Medrado, Henrique Leonardo Guerra, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira, Márcio Costa Bichara, Marco Antônio Torres, Maria Cristina R. V. Coelho, Maria Madalena dos S. Souza, Nagib Neves Abdo, Oswaldo Cruz Júnior e Wagner Alexandre Ezequiel.
Conselho Fiscal: Aloísio Prado Marra, David dos Santos Schmidt, Geraldo José Coelho Ribeiro, Jules Jésus Ayoub, Margarida C. Sofal Delgado e Paulo César Machado Pereira.
Assessoria de Comunicação: Eneida da Costa e Mônica Salomão
Jornalista Responsável: Regina Perillo - MT 11.697/SP
Textos e Edição: Regina Perillo Comunicação
Projeto gráfico, editoração eletrônica e ilustrações: Genin
Fotos: Gláucia Rodrigues
Impressão: Segrac
Tiragem: 26 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Diretor é homenageado como "Médico Mineiro em Destaque" na Semana do Médico

Alessandro Carvalho/AMMG

Da esq. para a dir.: Edno Lopes Caldeira, Jules Jésus Ayoub, Berenice Diniz P. Sofal, Luiz Gonzaga V. Coelho e Ernesto Lentz de C. Monteiro, "Médicos Mineiros em Destaque/2006"

A Semana do Médico 2006, realizada de 16 a 19 de outubro, na sede da Associação Médica, com o apoio do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e do Conselho Regional de Medicina, fez uma homenagem a profissionais que se destacaram durante o ano em todo o estado pelo exercício digno da profissão, o comportamento ético e humanitário, e a importância dos serviços prestados à comunidade.

Entre os cinco agraciados na cerimônia como "Médico Mineiro em Destaque", estavam o oftalmologista e membro do Conselho Fiscal do Sinmed-MG Jules Jésus Ayoub, na categoria Atividade Saúde Pública; e a pediatra Berenice Diniz Peixoto Sofal, indicada na categoria Atividade Clínica e mãe da conselheira Fiscal do Sinmed-MG Margarida Sofal.

Jules Jésus Ayoub diz que a homenagem é um importante reconhecimento ao trabalho que tem feito e um grande incentivo a continuar contribuindo para uma medicina de qualidade. "Sinto-me muito orgulhoso pela lembrança", declara.

No último mês de setembro, como responsável pelo setor de Oftalmologia de Minas Gerais, ele recebeu a Medalha Presidente JK – oferecida pelo governo mineiro a personalidades que fizeram algum bem a municípios, ao estado ou ao país na área de saúde pública.

Berenice Sofal conta que também se sentiu muito prestigiada com a homenagem. "É um reconhecimento importante, já que sempre trabalhei na profissão; um estímulo aos colegas; e um exemplo para os que ainda vão trabalhar como médicos", afirma.

A apuração dos votos e a indicação final dos homenageados ficam a cargo de uma Comissão Escrutinadora nomeada pela Comissão Organizadora da Premiação, formada por representantes da AMMG, do Sinmed-MG e do CRM-MG

Musicoterapia também é qualidade no trabalho

Arquivo pessoal

Dr. Marco Antônio e dra. Susana Maria

Dr. Marco Antônio Torres, diretor de Saúde do Trabalhador do Sinmed-MG, foi convidado para instituir a Musicoterapia no projeto "Saúde com Arte", do Hospital Municipal Odilon Behrens. A "madrinha" do projeto é a superintendente do HMOB, dra. Susana Maria Moreira Rates.

Músico integrante da Orquestra Mineira de Violas, com um CD gravado, dr. Marco Antônio conta que a paixão pela música, aliada aos conhecimentos de psiquiatria, psicossomática e medicina do trabalho, levaram-no ao estudo da Musicoterapia, com foco no trabalho médico. Segundo ele, já está comprovado o efeito positivo da música no auxílio à recuperação dos pacientes e na melhoria do ambiente de trabalho.

Como parte das atividades da Musicoterapia, o diretor pretende realizar palestras sobre o assunto e sonorizar alguns ambientes do hospital, bem como pesquisar mais profundamente o poder curativo da música. Hoje transferido para o Departamento de Recursos Humanos do HMOB, ele diz que, quando atuava nos plantões, muitas vezes utilizou a música como um recurso para tranqüilizar o ambiente.

O projeto "Saúde com Arte" surgiu depois do sucesso da "Semana com Arte", realizada, em julho, no HMOB. O objetivo é promover a integração entre a comunidade e o hospital; além de desenvolver novas habilidades e aumentar o bem-estar e a motivação dos funcionários.

Semanalmente, uma comissão integrada por representantes do HMOB e dos usuários se reúne para conduzir o projeto. Além das atividades do Coral, o "Saúde com Arte" já oferece aos funcionários e à comunidade cursos de dança, bordado e pintura. Algumas atividades são gratuitas, outras têm preço simbólico.

Para saber mais sobre o projeto, contatar a enfermeira do Trabalho Swraide Salgado (31-3277 6174); e, sobre a Musicoterapia, falar com o dr. Marco Antônio (31-3277 6115).

Sob pressão das entidades, PBH e Fhemig realizam **concurso para servidores da saúde**

A "pressão" do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e entidades afins para que os gestores realizem concursos públicos na área de saúde tem surgido efeito. A primeira etapa do concurso da PBH acontece dia 19 de novembro e a Fhemig publica o edital até 8 de dezembro, conforme documento enviado à Mesa de Negociação do SUS Estadual.

O presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, destaca que o concurso é a maneira legítima de se acessar o serviço público. "O próprio Ministério Público tem exigido que os órgãos públicos substituam os contratos precários por trabalhadores efetivos concursados", lembra.

Segundo ele, o vínculo efetivo é fundamental para fidelizar os servidores da saúde, já que os contratos administrativos não contemplam, por exemplo, a ascensão na carreira e a perspectiva de aposentadoria, trazendo intranqüilidade profissional e financeira para o médico. "Os concursos beneficiam não só os servidores da saúde, mas a população, já que a atual situação tem ocasionado perda de profissionais, principalmente nas unidades de urgência, sobrecarregando o atendimento", afirma Matta Machado.

Mesa do SUS participa do edital da Fhemig

A Fhemig ouviu a maioria das sugestões da Mesa de Negociação do SUS Estadual, composta por entidades representativas das diferentes categorias profissionais da saúde, para a elaboração do edital do concurso público da Fundação. Serão abertas aproximadamente 1.250 vagas para médicos, das 6.200 propostas.

Jacó Lampert, representante do Sinmed-MG na Mesa do SUS, adianta que, entre as sugestões aceitas, estão desde questões relativas ao conteúdo das provas até a inclusão no edital de um item estipulando que "a escolha da unidade de trabalho na capital deverá respeitar a ordem de classificação dos concursados nomeados".

A expectativa é de que, até abril de 2007, esses concursados comecem a ser nomeados para assumir os cargos.

PBH nomeia 87 médicos e abre vaga para 519

A PBH abriu concurso para a criação de 519 novas vagas para o cargo de médico nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e Programa Saúde da Família (PSF). As inscrições foram encerradas no dia 6 de outubro.

O processo seletivo consistirá de prova objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório, a se realizar no dia 26 de novembro, e de Prova de Títulos, de caráter classificatório, para algumas categorias, como a de médico do PSF.

Além das novas vagas, a edição do dia 23 de outubro do Diário Oficial do Município (DOM) anunciou a nomeação de 87 médicos para o Hospital Municipal Odilon Behrens, com posse prevista em 30 dias.

Sindicato faz vistoria na Central de Perícias Médicas

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, representado pelo diretores Élson Violante e a advogada do Jurídico, Sônia Couto, realizaram, no dia 14 de novembro, uma vistoria na Central de Perícias Médicas, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

A visita foi motivada por um abaixo-assinado encaminhado ao sindicato, na manhã do mesmo dia, em que os médicos peritos judiciais denunciam as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos e informam que paralisaram as atividades desde o último dia 10. A reforma que acontece no local tornou o ambiente ainda mais insalubre, e, pior, vai reduzir o já precário espaço disponível. Atualmente trabalham na Central 15 médicos, em três turnos, obrigados a dividir os três cubículos precariamente montados.

Entre os problemas encontrados pelos representantes do Sinmed-MG estão: consultórios médicos sem pias; falta de janelas; falta de isolamento acústico comprometendo a privacidade do exame e a elaboração dos laudos; um único banheiro para os médicos e periciandos, sem estrutura para deficientes físicos; poeira e ruído intensos ocasionados pelas obras.

Os médicos também se queixam do número insuficiente de funcionários para apoio administrativo. Além disso, nem todos os consultórios têm computador, os profissionais não têm acesso a Internet e nem literatura adequada para consultas durante o trabalho. Outro problema sério é a localização da Central: bem ao lado das celas, onde os presos aguardam para depor. O movimento de guardas e presos algemados é contínuo, deixando os médicos em constante apreensão.

O diretor Élson Violante e a advogda Sônia Couto fazem vistoria na Central de Perícias Médicas

Banheiro único e sem estrutura para deficientes

Os médicos contam que a administração já está ciente dos problemas, desde abril, mas nenhuma providência foi tomada. Foram enviados ofícios para o diretor da Comarca de Belo Horizonte, André Leite Praça; o corregedor-geral de Justiça; o coordenador da Central de Perícias Médicas e a Gerência de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida (Gerseq), órgão responsável pela Medicina do Trabalho no Tribunal.

Após a visita, o sindicato elaborou um documento a ser enviado para as autoridades envolvidas e a Vigilância Sanitária, solicitando imediatas providências.

Carreira é nova no TJ

Atuando na Central de Perícias Médicas há seis anos, o médico Élcio Nascente Coelho conta que a Central foi criada em 1998, por meio de um convênio entre as secretarias Estadual e Municipal de Saúde e o Tribunal de Justiça, inicialmente para atender os casos psiquiátricos. Em 2000, passou a atender também os casos de clínica forense.

Como coordenador administrativo e supervisor técnico pericial da Central de janeiro de 2000 a outubro de 2004, ele diz que trabalhou para sensibilizar o Judiciário a criar o cargo de perito judicial dentro do Tribunal de Justiça. Em 2004, foram criados 11 cargos de médico perito judicial e quatro de psiquiatra judiciais, um total de 15 vagas, preenchidas por concurso realizado no primeiro semestre do ano passado. A estrutura anterior – para quatro médicos – continua a mesma.

Diretora do sindicato se desliga da UPA depois de plantão trágico

Situação da urgência reflete descaso com as condições salariais e de trabalho do médico. Mesmo assim, PBH não quer negociar este ano

A diretora de Patrimônio do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Maria Madalena de Santos Souza, viveu uma situação-limite em sua carreira de médica que a levou a se desligar da UPA Venda Nova. O plantão de 18 de agosto jamais será esquecido. Ela estava sozinha, quando cinco pacientes em estado grave deram entrada na unidade – quatro com problemas cardíacos e um caso agudo de asma. Foi a gota d'água. Depois de fazer tudo o que estava ao seu alcance, ela encerrou o plantão, fez o relatório do dia para documentar a situação e comunicou sua decisão à chefia.

Na PBH há 14 anos e há 10 plantonista em UPAs, ela desabafa: "Como médica, mas principalmente como diretora do Sindicato dos Médicos, eu não podia mais aceitar essa situação e resolvi denunciar o que ocorreu". Agravado pela morte de dois pacientes posteriormente, o fato teve grande repercussão na mídia.

Dia 1° de setembro, os diretores do Sinmed-MG foram à UPA Venda Nova acompanhados de representantes da Ordem dos Advogados e do Conselho Regional de Medicina para denunciar o fato ocorrido com a médica Madalena e, mais uma vez, alertar as autoridades e tentar mobilizar a população para se unir à luta dos médicos por melhores condições de trabalho e qualidade de atendimento ao usuário da saúde.

O presidente do Sinmed-MG, Cristiano da Matta Machado, conta que a entidade encaminhou ao Ministério Público a denúncia feita pela diretora Maria Madalena: "O sindicato realizou inúmeras reuniões com os gestores municipais e em nenhuma delas obteve respostas que solucionem ou amenizem o problema a curto prazo. Diante da grave e insustentável situação por que passa o sistema público de saúde, em especial as unidades de urgência e emergência, entendemos que uma representação no Ministério Público nos ajude a encontrar soluções mais imediatas", afirma.

A diretora Madalena acompanha a fiscalização à UPA Venda Nova

Sem solução

Matta Machado lembra que, no dia 16 de maio, diretores do Sinmed-MG reuniram-se com o secretário Municipal de Saúde, Helvécio Magalhães, e levaram uma lista de reivindicações e sugestões para juntos, trabalhadores e gestores, investirem na melhoria do atendimento. Passados seis meses, as condições continuam as mesmas.

Segundo o presidente, a solução dos problemas passa pela melhoria das condições de trabalho e remuneração, para manter os médicos nas equipes e atrair novos profissionais para a rede municipal de saúde. "Mesmo assim, a Prefeitura continua irredutível no índice zero de reajuste salarial este ano para a categoria", lembra Matta Machado.

Secretário de Saúde de Ouro Preto discute reivindicações no Sinmed-MG

No dia 10 de novembro, o secretário de Saúde de Ouro Preto, Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho, esteve na sede do Sinmed-MG, em Belo Horizonte, para tratar da situação dos médicos vinculados à Prefeitura do município. A reunião foi solicitada pelo próprio secretário, como um desdobramento do movimento iniciado em setembro pelos profissionais ligados aos ambulatórios.

Os trabalhos foram conduzidos pelo vice-diretor de Saúde do Trabalhador, Eduardo Filgueiras, que havia estado anteriormente em Ouro Preto, e contou com o suporte jurídico da advogada Sônia Couto. Representando os médicos de Ouro Preto, vieram a pediatra Darllem Govas Pimenta Barreira e a homeopata e ginecologista Sílvia Almeida de Oliveira Costa Martinez.

Durante o encontro no sindicato, as médicas foram porta-vozes das principais queixas da categoria, entre elas a aprovação na Câmara Municipal de um Plano de Cargos e Salários "que não ouviu os médicos e está cheio de incorreções técnicas".

O secretário alegou que o Plano esteve à disposição por mais de um ano e que o encaminhamento da questão foi feito pelo Sindicato dos Servidores locais. As médicas insistiram que a categoria não teve acesso ao Plano e não se sente representada pelo Sindicato dos Servidores.

O Plano de Cargos e Salários e a realização de um concurso público até julho de 2007 foram exigências do Ministério Público. Dos 120 médicos que atuam na Prefeitura de Ouro Preto, a metade trabalha com contratos administrativos.

O Sinmed-MG solicitou, para 22 de novembro, uma reunião com o prefeito Ângelo Osvaldo com o objetivo de apontar as falhas do Plano e propor mudanças, que poderão ser atendidas por meio da votação de um Substitutivo. O sindicato também pretende agendar encontros com a Presidência da Câmara e com a Promotoria de Saúde da cidade.

As médicas disseram, ainda, que a categoria está sofrendo, desde o início do movimento, uma verdadeira "campanha difamatória" por parte dos veículos de comunicação da cidade. "O ponto alto foi uma audiência pública realizada no município, onde fomos injustamente agredidos", conta Darllem.

O sindicato está estudando, junto com os médicos, a melhor forma de responder a essas acusações. "Nosso objetivo é informar a população sobre a real situação da categoria e fazer com que ela entenda que nós, médicos, também somos vítimas das falhas do sistema de saúde", diz Sílvia.

Falta de diálogo

Durante o encontro, o secretário Ariosvaldo insistiu várias vezes sobre a necessidade de se criar um espaço de interlocução entre os gestores e os médicos.

O diretor Filgueiras propôs a realização imediata de uma assembléia para eleição de delegados sindicais, que seriam os representantes da entidade na cidade. Para o diretor, "a iniciativa do secretário de procurar o sindicato já revela a intenção de construir soluções e pode ser o início de um novo patamar de relacionamento entre a prefeitura de Ouro Preto e os médicos", acredita.

Representantes do Sindicato e dos médicos com o secretário Ariosvaldo Santo Filho (a esq.)

Médicos de Betim em campanha

O Sinmed-MG deu início à campanha salarial dos médicos de Betim com uma assembléia realizada dia 9 de novembro, na sede do sindicato. No encontro, foi definida a pauta de reivindicações. O documento enviado para a Prefeitura de Betim contempla três linhas de ação: condições de trabalho; carreira/vínculo empregatício, com imediata realização de concurso público e implementação de Plano de Cargos e Salários; e remuneração, com adoção do piso de R$3.353,33, sugerido pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Desde que foi procurado por médicos do Hospital Regional de Betim, o Sinmed-MG tem acompanhado de perto a situação dos profissionais da cidade. No dia 31 de outubro, os diretores Élson Violante e Eduardo Filgueiras se reuniram com o secretário de Saúde de Betim, Flávio Matos, para ouvir o gestor sobre as denúncias feitas pelos médicos em relação à precarização dos vínculos trabalhistas; à insatisfação dos estatutários com os salários; ao sucateamento do hospital; e à degradação das condições de atendimento aos usuários, o que tem provocado várias agressões contra a categoria. De acordo com os médicos, são necessários 305 profissionais para completar toda a escala de trabalho dos plantões e das equipes.

No encontro, que também teve a presença do diretor do Hospital Regional, Rodrigo Resende Costa, e do coordenador da urgência de Betim, Rasível dos Reis Santos Júnior, entre outros, Matos reconheceu a necessidade de melhorias, mostrou-se disposto a manter uma agenda aberta com o sindicato e se comprometeu a publicar o edital do concurso até o fim deste ano.

Em nota oficial, elaborada após o encontro, o secretário disse que, ao assumir a Prefeitura Municipal de Betim, em 2001, a atual administração encontrou a Secretaria de Saúde sucateada, com desabastecimento e dívidas com fornecedores, problemas que passaram a ser sanados a partir desse ano.

Segundo ele, na administração anterior, os médicos ficaram dois anos sem ajuste salarial, e o atual governo garantiu o aumento de 67% para o servidor. Sobre a questão da segurança, afirmou que, "mesmo sendo de responsabilidade do Estado garantir a segurança em instituições públicas, a Secretaria irá destinar parte de sua verba para contratar guarda armada e câmaras de vídeo para as unidades de urgência".

Com apoio do Sinmed-MG, médicos da Fhemig se mobilização pela jornada de 24 horas

O Sindicato dos Médicos continua aguardando uma resposta objetiva da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig) sobre a situação dos 752 médicos que solicitaram enquadramento na jornada de 24 horas.

A pauta de reivindicações elaborada pelos médicos em assembléia, no Sinmed-MG, dia 20 de setembro, e encaminhada à direção da Fundação, pede que a Fhemig formalize uma proposta especificada e detalhada, que garanta o enquadramento imediato dos médicos prestes a se aposentarem; prioridade para os que já fazem a jornada de 24 horas; o enquadramento dos médicos que cumprem a jornada de 12 horas; e que os enquadramentos aconteçam antes das nomeações de novos concursados.

As duas propostas encaminhadas pela Fhemig, consideradas vagas, foram recusadas em assembléia.

Situação persiste desde 1994

Em 1994, alegando questões financeiras, a Fhemig reduziu a jornada de 24 para 12 horas semanais. Os médicos que continuaram a trabalhar 24 horas passaram a receber as horas restantes como extras, não contabilizadas, por exemplo, em aposentadoria, qüinqüênios, férias, configurando prejuízo para o servidor.

Solicitação de Enquadramento

Total de Médicos Efetivos na Rede Fhemig	1.400
Médicos que já faziam jornada de 24 horas	488
Médicos que não faziam jornada de 24 horas	264
Total de solicitações de enquadramento	752

Em janeiro de 2005, com a aprovação do Plano de Cargos e Carreiras, uma conquista da categoria na atual gestão do Sinmed-MG, os médicos efetivos da Fhemig que fazem jornada de 12 horas adquiriram o direito de optar pela jornada de 24 horas semanais.

A mobilização de médicos e sindicato para resolver a situação, o mais rápido possível, tem sido grande. O assunto já foi alvo de três assembléias no sindicato (dias 20 e 27 de setembro, e 19 de outubro); reuniões com médicos do Hospital João XXIII e do Centro Geral de Pediatria (CGP) nos locais de trabalho; e encontros com a direção da Fhemig (23 de agosto e 15 de setembro).

Também foi marcada, conforme decisão de assembléia, uma reunião, dia 6 de novembro, com o secretário Estadual de Saúde, Marcelo Gouveia. O encontro foi cancelado, sem previsão de novo agendamento.

Na pauta da reunião, está a entrega de um abaixo-assinado solicitando o empenho do governo no cumprimento da lei que criou o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores da Fhemig e que prevê a jornada de 24 horas.

Requerimento-padrão

Uma das decisões da última assembléia no Sinmed-MG, dia 19 de outubro, já viabilizada pelo sindicato, foi o envio de uma carta aos 752 médicos optantes pela jornada de 24 horas, explicando toda a situação. O documento seguiu acompanhado de um requerimento-padrão para ser preenchido pelo médico e enviado à Fhemig, solicitando esclarecimentos sobre a situação do remetente. Segundo o Departamento Jurídico do Sinmed-MG, essa é uma forma de "forçar" a Fhemig a se posicionar, de modo individualizado, sobre cada caso.

Na última assembléia, foi aprovada também a confecção de um placar, para ser afixado em todas as unidades da Fundação. A Fhemig ganhará nota por cada enquadramento realizado. "Até agora, essa nota é zero", diz o presidente, Matta Machado.

Assembléia de médicos da Fhemig, dia 19 de outubro, no Sinmed-MG

AGENDA

Diretores do Simes, ao lado de representantes dos sindicatos de Minas e de Niterói e da Fenam, durante cerimônia de posse da nova gestão de Vitória

Fesumed se reúne em Vitória e prestigia nova diretoria do Sinmed-ES

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da Federação Sudeste dos Médicos (Fesumed) se reuniram em Vitória, no dia 6 de outubro. Os diretores do Sinmed-MG Jacó Lampert e Amélia Pessôa, respectivamente diretor financeiro do Sinmed-MG e conselheira fiscal da Fesumed, participaram do encontro, juntamente com representantes dos sindicatos do Espírito Santo, de Niterói, de Governador Valadares e do vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Mário Antônio Ferrari.

Cada entidade teve a oportunidade de apresentar aspectos atualizados de suas lutas e preocupações em relação às principais questões que mobilizam a categoria médica: salário, concursos públicos e planos de carreiras, entre outras. O objetivo dessa troca de experiências é buscar uma sintonia entre as entidades, para que se complementem e se auxiliem.

O encontro também marcou a posse da nova Diretoria do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, que tem à frente o médico Otto Fernando Batista e, como vice, Fernando Antônio Loureiro Machado. Formada por 24 médicos, a nova gestão comandará a entidade até 2009.

Posse da Diretoria da Fesumed será em BH

Está marcada para início de dezembro a próxima reunião da Fesumed, dessa vez na sede do sindicato mineiro, em Belo Horizonte. Durante o encontro, acontece também a posse oficial da Diretoria e do Conselho Fiscal da Federação Sudeste, fundada em 16 de junho, tendo à frente o presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Cristiano Gonzaga da Matta Machado.

O evento contará com a presença do presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Eduardo Santana. "Uma nova federação é mais uma forma de lutar pela construção de um sistema de saúde que respeite quem nele trabalha e aqueles que utilizam seus serviços", avalia o presidente da Federação Nacional.

Divinópolis escolhe os delegados sindicais dia 29

No dia 29 de novembro, serão escolhidos os dois representantes da Delegacia Sindical do Sindicato dos Médicos (Sinmed-MG) em Divinópolis. O sindicato, juntamente com a Associação Médica de Divinópolis e os médicos envolvidos no processo de criação da Delegacia Sindical, está mobilizando a classe para que o maior número possível de profissionais compareça à eleição.

Em 19 de junho, foi dado o primeiro passo para a instalação da Delegacia, uma reivindicação dos médicos locais, encabeçada por Alberto Gigante Quadros, diretor Clínico do Pronto Socorro do Hospital de Divinópolis, e Miguel Alves da Silva, médico do PSF.

Poços de Caldas conta com representante do Sinmed-MG

Indicado pela Associação Médica, o cirurgião pediátrico Antônio Augusto de Almeida assumiu o cargo de representante do Sinmed-MG em Poços de Caldas. A parceria foi formalizada durante reunião com o presidente do sindicato, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, no dia 13 de setembro.

Segundo o médico, o objetivo inicial dessa união com o sindicato é angariar o maior número possível de colegas para que a contribuição, paga pela maioria ao Sindicato dos Trabalhadores Municipais, seja transferida ao Sindicato dos Médicos de Minas Gerais. "Poços de Caldas conta com mais de 200 médicos contratados pela Prefeitura, um número significativo de profissionais que podem contribuir com a entidade que realmente os representa e apóia", afirma.

Almeida explica que o próximo passo será um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos médicos da cidade. Essas questões serão analisadas pela classe médica, que contará com a orientação do Sinmed-MG na busca de soluções.

Médicos de Uberlândia têm ganhos importantes

Em assembléia realizada no dia 13 de novembro, os médicos de Uberlândia, vinculados à Fundação Maçônica Manoel dos Santos para prestar serviços à rede municipal de Saúde, decidiram aceitar as propostas da Secretária de Saúde em resposta à pauta enviada no início do mês à Prefeitura.

A Assembléia, que contou com a presença da diretora de Patrimônio do Sinmde-MG Maria Madalena de Santos Souza, mobilizou mais de 50 médicos. Os delegados sindicais Aloisio Daher, Sandra Márcia de Faria e Amélio Marques Neto foram os porta-vozes do resultado da reunião realizada com o subsecretário da Saúde Gladstone Rodrigues da Cunha, na sexta-feira, dia 10, em busca de um acordo. Segundo Daher, as conquistar vão beneficiar quase 300 médicos. Diante da resposta da Prefeitura, os médicos resolveram não realizar a paralisação prevista para o dia 20.

A participação do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais na luta dos médicos de Uberlândia foi um dos grandes responsáveis pelos ganhos da categoria. Desde a visita da direção do sindicato à cidade, em julho, já foram realizadas várias assembléias com os médicos e reuniões com os gestores locais: "A atuação do sindicato foi ao encontro da disposição dos profissionais da cidade em se organizarem para mudar o quadro crítico em que estão trabalhando, no qual se somam jornadas prolongadas, condições de trabalho degradantes e baixos salários", diz o presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado.

No dia 7 de novembro, os diretores do Sinmed-MG entregaram aos procuradores Kleber Eustáquio das Neves, do Ministério Público Federal, e Fábio Lopes Fernandes, do Ministério Público do Trabalho; e ao promotor de Saúde de Uberlândia, Flávio de Faria e Silva, documento em que a entidade manifesta suas preocupações com a situação dos médicos contratados pela Fundação Maçônica. O encontro foi também uma oportunidade de estabelecer um diálogo direto com as autoridades públicas para tratar de temas relacionados à realidade da saúde pública em Uberlândia.

Mario Marque

Assembléia realizada no dia 7 de novembro, com a presença do presidente do Sinmed-MG (ao centro), diretores Madalena e Filgueiras e delegado sindical Aloisio Daher (à esq)

As conquistas dos médicos

* Aumento do valor pago aos médicos que fazem plantão diurno, de 12 horas, no atendimento de urgência das Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) de R$ 248 para R$ 325, extensivo aos médicos do PSF e ambulatório
* Pagamento dos valores dos dissídios relativos aos anos de 2003 (12%), 2004 (10%), 2005 (6%) e 2006 (7%) de forma cumulativa. Em relação ao acerto dos dissídios, a Secretaria de Saúde disse que está estudando o impacto da medida na folha de pagamento, para então programar os acertos. Os médicos aguardam esse cronograma para os próximos dias.
* A Prefeitura também garantiu que a transferência dos médicos da Fundação Maçônica para a Fundação Municipal de Saúde não acarretará perda de direitos trabalhistas.

A categoria continua reivindicando

* Realização, no máximo em oito meses, de concurso público, e não em cinco anos como sugerido pela Prefeitura; e implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, exigências compartilhadas pelo Ministério Público.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS REFORÇA A LUTA

A eleição de delegados sindicais foi um passo importante na luta dos médicos de Uberlândia. Conheça os novos representantes do Sinmed-MG:

UAI LUIZOTE

Arquivo Sinmde-MG

Marcelo Tavares Machado, pediatra: "A situação da classe médica está um caos e contamos muito com o apoio do sindicato nas negociações com a Prefeitura, principalmente para a conquista de salários mais justos. Após cinco anos sem nenhum reajuste, obtivemos um aumento de 7,4%, valor insuficiente. As condições de trabalho também precisam melhorar o mais rápido possível. Com a falta de estrutura, equipamentos, materiais e especialistas, cada dia está mais difícil prestar um bom atendimento".

UAI MARTINS

Marcus Vinícius Buissa, clínico geral e dermatologista: "O principal motivo que me levou à representação da UAI Martins como delegado sindical foi a questão da irregularidade das contratações. Os contratos estão sendo repassados da Fundação Maçônica Manoel dos Santos para uma fundação municipal, entretanto, continuamos sem os direitos de funcionário público. Precisamos de estabilidade e, para isso, é necessária a efetivação por meio de concurso público. Além disso, o trabalho dos médicos das UAIs é prejudicado pela falta de estrutura para oferecer um atendimento adequado à população".

UAI MORUMBI

Amélio Marques Neto, ginecologista e obstetra: "Como delegado sindical, quero trazer conquistas para a classe médica. Os pontos mais críticos, além da questão salarial e das condições de trabalho, se referem às Unidades Básicas de Saúde e ao PSF. Uberlândia possui apenas um coordenador, responsável por todas as regiões, sendo que o certo seria um coordenador para cada núcleo. A falta de leitos no hospital público, prejudicando o encaminhamento de pacientes em estado grave, também é um grande problema. Esses pacientes acabam sendo atendidos na própria UAI, que não possui o mínimo de estrutura para oferecer o atendimento adequado".

UAI PAMPULHA

Sérgio Pereira Rodrigues da Cunha, ortopedista e traumatologista: "Estou cada vez mais descrente com a situação da cidade, principalmente em relação ao salário defasado dos médicos. Para que aconteça uma negociação justa, os médicos precisam estar conscientes de seus direitos e oferecer um suporte ao sindicato nessa luta. Também é preciso esclarecer a população sobre o que é uma UAI. Lidamos com uma demanda muito acima da capacidade, o que prejudica a qualidade do atendimento e provoca uma revolta geral na população, que nos responsabiliza por esses problemas".

UAI PLANALTO

Sandra Márcia de Faria, pediatra: "Representando todos os médicos das UAIs, entrei em contato com o sindicato para buscar apoio na luta pelos nossos direitos. O médico sozinho não tem representatividade. Desde a primeira assembléia, conseguimos uma importante mudança: estão havendo diálogo com a Prefeitura, formulação de propostas e negociações. Isso já é um ganho, mas, para que possamos oferecer um atendimento digno à população, é preciso que haja um planejamento geral da saúde".

UAI ROOSEVELT

Rodrigo Silveira de Pádua, pediatra: "Como delegado sindical, meu maior objetivo é levar aos colegas informação sobre as ações do sindicato na busca de melhorias. Só vamos conseguir mobilizar a classe se todos souberem o que está acontecendo. O sindicato tem o papel de não só nos representar, mas também organizar as reivindicações para que haja entendimento entre os médicos. Todos estão insatisfeitos, mas está faltando coordenação. As queixas da categoria vão muito além dos baixos salários. Precisamos de condições para trabalhar, o acesso ao atendimento é prioridade".

UAI TIBERY

Aloísio Daher, clínico geral: "Fui delegado sindical por dois anos e encerrei meu mandato em 2005. Nesse período, me decepcionei muito com a falta de engajamento dos médicos e acabei me afastando. Diante da atual situação de Uberlândia, resolvi entrar nessa luta novamente, com a expectativa de que neste mandato conseguiremos importantes ganhos. Vejo que hoje os médicos estão mais organizados e participativos, mas ainda há muito o que fazer. Outra grande batalha é mudar a forma de contratação dos médicos. Desde 1994, o serviço é terceirizado. Vamos trabalhar por um concurso público".

PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Kênia Pereira Vilela: "Decidi representar os médicos do Programa de Saúde da Família (PSF) porque a proposta da Secretaria de Saúde, em negociação com o sindicato, não contempla esses profissionais. Uberlândia conta com 40 equipes do PSF, sendo cada uma responsável por uma comunidade de até 4.500 habitantes. Além da questão salarial, que é uma reivindicação de todos, as equipes do Programa precisam de mais atenção e melhores condições de trabalho, inclusive segurança. Para que minha atuação como representante do PSF tenha êxito, é fundamental o envolvimento de todos os colegas".

O que as **entidades médicas** esperam do Presidente reeleito

A Federação Nacional dos Médicos (Fenam), o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Brasileira (AMB) entregaram às assessorias dos dois candidatos à Presidência da República - Lula e Alckmin - a "Carta aos Presidenciáveis". Elaborado, em setembro, no II Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, em Manaus, o documento traz os aspectos mais relevantes para a melhoria das condições do trabalho médico e da saúde do povo brasileiro. A seguir, um resumo dos principais pontos:

1. Empenho na aprovação do PLC 01/2003, que regulamenta a Emenda Constitucional 29, e fortalecimento dos mecanismos de controle governamental e social na aplicação dos recursos do SUS, caracterizando-o como parte integrante das políticas de Estado.

2. Fortalecimento da Atenção à Saúde, em seu conceito de atenção integral ao cidadão, assegurando a contratação dos profissionais médicos, por meio de concurso público, com carreira de Estado claramente definida, para provimento de cargos dentro do SUS, incluindo aí o PSF.

3. Regulamentar, por meio de projeto de lei, a implantação da Estratégia de Atenção à Saúde da Família em todos os municípios brasileiros.

4. Fortalecimento e ampliação da farmácia básica do SUS.

5. Implantação, com a melhor distribuição geográfica, da Farmácia Popular.

6. Ações políticas efetivas para recuperar e impedir o sucateamento dos hospitais públicos, universitários e conveniados.

7. Prover os hospitais universitários, ligados ao Ministério da Saúde, de recursos suficientes para que sejam viabilizados um atendimento qualificado aos doentes e, principalmente, as condições essenciais para um ensino médico de qualidade.

8. Apoio do Executivo para a aprovação do projeto de regulamentação do exercício da profissão médica, junto ao Parlamento, tendo em vista a necessidade urgente de definir, claramente, os atos privativos de nossa profissão e os que podem ser compartilhados.

9. Implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários no Sistema Único de Saúde, a ser implementado em todo território nacional, que respeite a especificidade e a complexidade da carreira do médico, com sua necessária diferenciação nas atribuições e responsabilidades relativas ao exercício de suas atividades profissionais.

10. O estabelecimento de um piso nacional da categoria médica, hoje calculado em R$ 3.353,33, para a jornada mínima prevista na Lei 3.999/61, corrigido pelos índices em vigor.

11. Mudança radical na política de criação de cursos de Medicina e/ou ampliação do número de vagas dos já existentes sem a devida comprovação de sua necessidade social e recursos para sua completa implantação e manutenção. Aprovação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, estabelecendo caráter terminativo aos pareceres do Conselho Nacional de Saúde para a abertura de novas escolas médicas e o período de moratória para a abertura de novos cursos.

12. Criação de sistema de avaliação permanente de cursos médicos já implantados com finalidade de corrigir problemas identificados e, se necessário, determinar o fechamento daqueles cursos que não têm condições de oferecer ensino médico de qualidade.

13. Manutenção das normas vigentes para revalidação de diploma de curso de nível superior realizado no exterior.

14. Fortalecimento da Residência Médica com o aumento de vagas nas diversas especialidades, melhoria da qualidade e da remuneração.

15. Adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) (PL 3466/2004) pela ANS com o objetivo de preservar a população, valorizar o trabalho médico e regular as relações com as operadoras de planos de saúde.

16. Revisão dos valores da Tabela de Procedimentos do SUS com adoção da CBHPM, balizadora ética, sinônimo de eqüidade e integralidade.

17. Que o sistema nacional de auditoria do Ministério da Saúde seja efetivamente regulamentado, como política de controle e avaliação de Estado.

18. Garantia da representação efetiva da categoria médica em todos os níveis do controle social do SUS e do Ministério da Educação.

19. Reforma sindical que mantenha os princípios de representação por categoria profissional diferenciada e a unicidade sindical garantindo financiamento instituído em lei para a estrutura sindical.

Médicos eleitos

No último pleito, dez médicos foram eleitos em Minas Gerais como deputados federais e estaduais segundo a Coordenadoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG). Na próxima edição, traremos o perfil e projetos de cada um deles. Veja quem são:

Deputados estaduais

* **ANTÔNIO RINALDO VALÉRIO** (PTC) - 23.252 votos/ 1º mandato/ natural de Divinópolis (MG)/ clínico geral e cirurgião geral.

* **CARLOS EDUARDO VENTURELLI MOSCONI** (PSDB) - 72.295 votos/ 1º mandato estadual/ Quatro vezes deputado federal/ natural de Andradas (MG)/ urologista.

* **CARLOS PIMENTA** (PDT) - 53.154 votos/ 4º mandato/ natural de Belo Horizonte (MG)/ cirurgião geral e acupuntor natural.

* **JOSÉ ALVES VIANA** - Dr. Viana (PFL) - 65.494 votos/ 3º mandato/ natural de Água Branca (SP)/ anestesiologista e pediatra.

* **HELY TARQÜÍNIO** (PV) - 37.570 votos/ 4º mandato/ natural de Uberaba (MG)/ cirurgião geral e generalista.

* **SEBASTIÃO HELVECIO RAMOS DE CASTRO** (PDT) - 89.173 votos/ 6º mandato/ natural de Juiz de Fora (MG)/ pediatra.

Deputados federais

* **ADEMIR CAMILO PRATES RODRIGUES** (PDT) - 68.743 votos/ 2º mandato/ natural de Teófilo Otoni (MG)/ ginecologista, obstetra, médico legista e do trabalho, e administrador hospitalar.

* **JOSÉ RAFAEL GUERRA PINTO COELHO** (PSDB) - 80.300 votos/ 3º mandato/ natural de Belo Horizonte (MG)/ gastroenterologista.

* **MARCOS MONTES CORDEIRO** (PFL) - 86.303 votos/ 1º mandato/ natural de Sacramento (MG)/ anestesista e médico do trabalho.

* **MÁRIO HERINGER** (PDT) - 73.694 votos/ 2º mandato/ natural de Manhumirim (MG)/ ortopedista natural.

ESPAÇO AMIMER

Greve Nacional dos Médicos Residentes

Infelizmente, a "fantástica" burocracia brasileira vence mais uma batalha. Foram onze meses de negociação, em Brasília, sobre o reajuste da bolsa dos Médicos Residentes; e nosso anteprojeto continua na parte jurídica do Ministério da Saúde.

Não ficamos parados, muito antes pelo contrário: realizamos várias reuniões e encontros com políticos; criamos um *site* para acompanhamento das negociações; fizemos duas paralisações, que mobilizaram milhares de residentes em vários estados; e divulgamos permanentemente as ações tanto para a classe médica quanto para a população brasileira. Tentamos evitar a greve o máximo possível, mas o governo federal mostra, mais uma vez, o seu desprezo pelo médico, o que se reflete diretamente em uma política de saúde pública miope.

Um dos últimos refúgios de educação médica verdadeira que alia o conhecimento à prática diária, pilar de sustentação da saúde do Brasil, fonte primeira de formação de profissionais capacitados, a Residência Médica não terá sua imagem abalada e, sim, fortalecida após esse movimento, que prima pela ética no trabalho médico que é, entre outras, uma justa remuneração.

Peço apoio a todos os médicos, em especial aos preceptores, e que não só compreendam como apoiem essa greve, para que possamos contar novamente com uma Residência Médica respeitada. Com certeza, a população será a grande vitoriosa nessa luta. Obrigado.

Daniel de Lima Silva Pereira
Presidente da Associação Mineira dos Médicos Residentes

Ministério Público: a saúde como direito do cidadão

Demanda deve dobrar este ano, com 10 mil ações encaminhadas à Procuradoria de Justiça de Defesa da Saúde pela sociedade e entidades como o Sinmed-MG

Caso 1 *- Em 6 de setembro último, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais encaminha à Procuradoria de Justiça de Defesa da Saúde documentação que atesta as precárias condições dos serviços oferecidos nas Unidades de Pronto Atendimento de Belo Horizonte e requer a instauração dos procedimentos investigatórios cabíveis, "na expectativa da adoção imediata de providências saneadoras cuja determinação esteja ao alcance do Ministério Público".*

Caso 2 *- A pedido do Ministério Público, a Justiça de Betim determina, no dia 26 de outubro, a suspensão de licitação que seria realizada pela prefeitura para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de gestão, estoque e distribuição de medicamento e materiais médico-hospitalares e odontológicos.*

Caso 3 *- Em Uberlândia, o Ministério Público ajuíza, em 2004, ação civil pública contra a União, a prefeitura do município e a Fundação Maçônica Manoel dos Santos, para sanar irregularidades existentes na gestão dos postos de saúde locais.*

Caso 4 *- Em Ouro Preto, a elaboração de um Plano de Cargos e Salários e a realização de concurso público são exigências do Ministério Público.*

Procurador de Justiça Antônio Joaquim F. Neto

Os casos acima integram a grande lista de procedimentos instaurados pelo Ministério Público, a partir de fiscalização própria ou de demandas da população e entidades, na busca do cumprimento do item da Constituição que estabelece a saúde como um direito do cidadão.

Em entrevista ao "Trabalho Médico", o procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (CAO-Saúde), em Belo Horizonte, Antônio Joaquim Fernandes Neto, faz uma revelação importante: de 2000 para cá, o número de demandas relacionadas à saúde pública tem aumentado de maneira muito expressiva: "O *site* do Tribunal de Justiça em Minas Gerais mostra que, em 2000, foram 60 decisões relacionadas ao SUS; 240 em 2002; e 1.100 em 2005".

Segundo o procurador, o *site* traz apenas uma amostragem: "A Procuradoria de Justiça da Saúde estima que, no ano passado, foram 5 mil ações e que serão 10 mil em Minas Gerais em 2006, a maioria delas contra os secretários Municipal e Estadual de Saúde".

As ações têm como objeto desde solicitações de medicamentos, internações e cirurgias até problemas relacionados à qualidade de atendimento nos centros de saúde e planos de saúde. O procurador destaca também o aumento das ações ligadas aos recursos humanos da saúde. Vínculos empregatícios precários, irregularidades administrativas, más condições de trabalho e falta de profissionais são discussões permanentes entre o Ministério Público e as secretarias e os conselhos de Saúde.

Estado foi um dos primeiros a ter Promotoria de Defesa da Saúde

O Ministério Público de Minas Gerais foi um dos primeiros do país a criar uma Promotoria da Saúde, em 1997. O procurador Antônio Joaquim, no órgão desde o início, conta que a iniciativa surgiu a partir da avaliação das demandas ligadas à saúde que chegavam às procuradorias do Consumidor, em que ele trabalhava, e de Direitos Humanos: "O grande volume de denúncias levou à criação de uma procuradoria especializada", diz.

Ele conta que, desde o surgimento da Procuradoria de Saúde, o foco maior sempre foi a assistência prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios: "É função da Procuradoria verificar se as secretarias municipais de Saúde trabalham a partir de um planejamento que contemple os indicadores epidemiológicos (causas de doenças e morte); e fiscalizar os Fundos Municipais de Saúde e se os recursos foram alocados adequadamente para atender as reais necessidades da população. Cabe ao Ministério Público também acompanhar o trabalho dos conselhos municipais de Saúde, responsáveis pelo controle social.

Falando sobre a parceria das entidades e corporações com o Ministério Público, o procurador lembra que o papel dos profissionais de saúde, por meio de suas entidades, como sindicatos, conselhos e associação médica, foi fundamental para a implantação do atual modelo de saúde do país: "Embora ainda existam muitas deficiências, se não fossem os profissionais de saúde, não teríamos chegado onde chegamos na saúde pública", diz.

Segundo ele, o grande desafio, agora, é extrapolar as discussões sobre saúde para a sociedade, para que as bandeiras levantadas por entidades como o Sindicato dos Médicos sejam defendidas também pela população.

Rede-saúde é novidade

A população e as entidades ligadas à defesa da saúde ganharam em agosto um novo instrumento: a Rede de Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde (Rede-Saúde), instituída dentro da estrutura do Centro de Apoio Operacional da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (CAO-Saúde).

O diretor-executivo da Rede, promotor de Saúde Bruno Alexander Vieira Soares, explica que a iniciativa tem o objetivo de facilitar a integração e a articulação entre as promotorias de Justiça com atribuições na área de saúde, sendo aberta também à participação de entidades públicas e privadas que direta ou indiretamente se dediquem a estudo, prevenção e a melhoria dos serviços e ações de saúde e possam colaborar com o Ministério Público na função de fazer com que os direitos dos cidadãos sejam respeitados.

Promotor de Saúde Bruno Alexander

Bruno Alexander conta que estão acontecendo reuniões com os promotores das macror-regiões, para conhecer a realidade de cada comarca, e a partir daí elaborar um plano de atuação conjunta para todo o Estado ou específico para determinadas regiões. Para o próximo ano, já está sendo planejado um encontro com promotores da área metropolitana de Belo Horizonte para tratar de problemas comuns.

Promotoria contempla as várias demandas

A Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, com sede na av. Augusto de Lima, 1.740, em Belo Horizonte, é dividida em três promotorias, todas com atribuições na área criminal (penas imputadas a profissionais de saúde) e cível (intervenções obrigatórias), mas com responsabilidades diferentes:

1ª Promotoria

Responsável: Promotora Jaqueline Ferreira Moisés

Algumas atribuições: Fiscalização do SUS em ações e serviços de Atenção Básica, Unidades Básicas de Saúde, Programas de Saúde da Família e de Assistência Farmacêutica, Saúde da Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente; fiscalização dos instrumentos de gestão nas atividades prestadas na microrregião de Belo Horizonte (recursos humanos, controle social, orçamento).

2ª Promotoria

Responsável: Promotora Josely Ramos Pontes

Algumas atribuições: Fiscalização do SUS em ações e serviços de média complexidade em nível ambulatorial e hospitalar; campanhas de cirurgias eletivas; consórcios intermunicipais de saúde; ações e serviços de competência da Secretaria Estadual de Saúde, inclusive Rede Fhemig.

3ª Promotoria

Responsável: Promotor Bruno Alexander V. Soares

Algumas atribuições: Fiscalização de ações e serviços da Saúde Mental e da Vigilância Sanitária Municipal; redução da morbidade por acidente de veículos.

Centro de Apoio Operacional (CAO)

Responsável: Procurador Antônio Joaquim F. Neto

Algumas atribuições: O CAO integra a estrutura da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde desde 2002, com o objetivo de dar apoio aos promotores de Defesa da Saúde em todo o Estado. O centro desenvolve pesquisas e estudos e dá um suporte mais especializado, principalmente para os promotores do interior que atuam em diversas áreas, disponibilizando técnicos em Direito e em Saúde para orientar e auxiliar os profissionais nas decisões.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed/MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
CEP: 30130 090 - BH - MG